



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Gestão Estratégica
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados
Câmara Temática de Tecnologia da Informação

ATA DE REUNIÃO

DATA HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Reunião realizada em **18 de setembro de 2025**, às 14h00, em formato híbrido, (Presencial e por meio da Plataforma Microsoft Teams), na sala nº 237 da DTI/SSC, Bloco F, Ala A, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em Brasília - DF.

PESSOAS PRESENTES

- **Pessoas Membras da Câmara Temática de Tecnologia da Informação (CTTI):** Álvaro José de Andrade Carneiro, Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); Daniel Moser Lopes, Coordenador de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação do Ministério da Previdência Social (MPS), Vladimir Reis Joaquim Lopes, Subsecretário de Planejamento e Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda (MF), Goudim Alvarenga Carneiro, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Guilherme Augusto Silva Ribeiro, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Esporte (MESP); José Antônio Lima e Silva, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP); Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Adriano Lima Silva, Chefe de Divisão do Serviço da Informação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI); Vilson da Silva dos Santos Júnior, Coordenador de Tecnologia da Informação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Alisson Neres Lindoso, Coordenador-Geral de Relacionamento em Serviços Tecnológicos Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Luciano Franceschi de Azevedo, Coordenador de Estratégia e Governança, Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP); Olímpio Tavares da Silva, Chefe de Serviço do Ministério do Turismo (MTUR); Patrick Barcellos Peixe, Coordenador-Geral de Gestão e Administração do Ministério da Previdência Social (MPS); Sergio Soares da Silva, Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda (MF); Tiago Dummer Vaz, Coordenador-Geral de Processos, Projetos e Parcerias do Ministério das Mulheres (MM); e Vinícius Soares Jovito, Chefe da Divisão de Infraestrutura e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

- **Outras pessoas presentes convidadas:** Conforme lista de presença (54004873 e 54004960).

I. ABERTURA

A reunião foi oficialmente aberta pelo Presidente do colegiado, Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor de Tecnologia da Informação, que iniciou cumprimentando os participantes e, logo após, apresentou a pauta com os seguintes itens:

1. Avaliação de Conformidade e Performance dos Colegiados (ACPG 2025)
2. Normativos aprovados
3. Estratégia de Inteligência Artificial do MGI
4. Revisão do PDTI/MGI
5. ColaboraHub
6. Migração para o ambiente ColaboraGov
7. Rateio de Despesa.

II. APRESENTAÇÃO DA PAUTA

Item 1. Avaliação de Conformidade e Performance dos Colegiados (ACPG 2025)

O Presidente passou a palavra ao representante da Coordenação-Geral de Governança Organizacional da Diretoria de Gestão Estratégica, Sr. Henrique Jose Massote de Godoy, que apresentou o questionário de autoavaliação aplicado aos colegiados do ColaboraGov. Explicou que o objetivo é mensurar a conformidade normativa e a performance na entrega de resultados, por meio de trinta e três perguntas, sendo vinte de conformidade e treze de performance, organizadas em cinco blocos: conformação do colegiado, ritos instituídos, coordenação executiva, comunicação e contribuição para resultados. O questionário foi aplicado entre 18 de agosto e 5 de setembro de 2025. Diante da relevância da participação para a obtenção de resultados de mensuração mais precisos, o prazo de resposta foi prorrogado, sendo o link e o QR code disponibilizados tanto na apresentação quanto no chat da reunião para acesso dos membros e demais participantes.

Item 2. Normativos aprovados

A Sra. Sued de Souza Lima Evangelista, Coordenadora de Arquitetura Organizacional, iniciou apresentando os normativos de Segurança da Informação que foram discutidos e aprovados. Informou que as minutas foram submetidas e aprovadas na 3ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança

Digital e Segurança da Informação - CGDSI, realizada em dezembro de 2024, e, após ajustes sugeridos pela Consultoria Jurídica, tiveram a aprovação ratificada na 4ª Reunião Ordinária, em agosto de 2025.

Apresentou a Política de Segurança da Informação (POSI), destacando a adoção do modelo proposto pela Secretaria de Governo Digital - SGD e a inclusão de capítulos sobre Governança de Segurança da Informação e Gestão de SI, o que tornou a política mais robusta e alinhada às diretrizes nacionais.

Em sequência, mencionou os Normativos de Gestão de Segurança da Informação e de Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos - ETIR, que receberam contribuições do Subcomitê Técnico de Segurança da Informação e da SGD, posterior seguiram para análise jurídica e obtiveram parecer favorável, com recomendação de referência expressa à POSI quando de sua publicação.

Logo após, informou sobre a Estratégia de Uso de Software e Serviços de Computação em Nuvem, fundamentada na Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, que foi revisada obtendo contribuições da equipe técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação, da SGD e do Encarregado de Dados do MGI que analisou a conformidade da Minuta com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Item 3. Estratégia de Inteligência Artificial do MGI

O Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima passou a palavra à Sra. Rachel Oliveira Correa, Coordenadora-Geral de Inteligência e Governança Digital, que apresentou a Estratégia de Inteligência Artificial do MGI, iniciou contextualizando que houve a instituição de um do Grupo de Trabalho (GT-IA), composto por quinze representantes, incluindo o Gabinete da Ministra, todas as Secretarias, Arquivo Nacional, DTI-MGI, Encarregado de Dados, AECI e Ouvidoria. O Grupo de Trabalho - GT atuou pelo período de 6 meses, realizando dez encontros e cinco oficinas, com nivelamento conceitual e apoio de especialistas acadêmicos.

Entre os produtos elaborados estão a visão de futuro, princípios, eixos e pilares (engajamento humano, otimização e automação, geração de insights e transversalidade), objetivos institucionais, competências necessárias e documentos como a minuta de resolução, estratégia e versão integral para publicação. Informou que o próximo passo será a instituição de grupo de trabalho para elaborar a Política de IA do MGI e Plano de ação para a implementação da estratégia.

Item 4. Revisão do PDTI/MGI

A Coordenadora-Geral de Inteligência e Governança Digital, Sra. Rachel Oliveira Correa, esclareceu que a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do MGI se fez necessária para assegurar o alinhamento à Estratégia Federal de Governo Digital 2024–2027, promover a atualização normativa e aprimorar os mecanismos de monitoramento. Foram revisados os objetivos, metas, ações e indicadores, incluído anexo com a definição das áreas responsáveis e reforçados os aspectos de governança de dados.

Informou, ainda, que a segunda versão do PDTI foi aprovada na última reunião interna do CGDSI, salientando que as alterações implementadas consistiram, predominantemente, em atualizações normativas e adequações formais.

Item 5. ColaboraHub

O Presidente concedeu a palavra ao Sr. Alisson Neres Lindoso, Coordenador-Geral de Relacionamento em Serviços Tecnológicos Compartilhados da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), que apresentou o ColaboraHub, ambiente digital de colaboração do ColaboraGov. Informou os endereços eletrônicos de acesso e convidou os participantes a utilizarem a plataforma.

Na sequência, apresentou estatísticas do sistema Compartilha Serviços, em operação há dois anos, destacando o cruzamento de indicadores entre Ministérios prestadores e clientes, os índices de satisfação e o volume de avaliações. Ressaltou o MGI como principal cliente em volume e citou o atendimento realizado pelo DCD/SRA-PR como caso de excelência.

Em continuidade, descreveu a concepção de dez perfis de usuários, organizados em três personas, ressaltando o perfil colaborador como elemento central e isonômico. Reforçou que o ColaboraHub atende gestores e a sociedade em geral — incluindo jornalistas, pesquisadores e cidadãos — fortalecendo a transparência e a governança colaborativa.

Item 6. Migração para o ambiente ColaboraGov

O Presidente passou a palavra à Sra. Maria Clotilde Prado, Coordenadora-Geral de Segurança, Recursos e Infraestrutura Tecnológica, da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC) que apresentou o andamento do projeto de migração de sistemas e serviços para o ambiente unificado do ColaboraGov, cujo objetivo é a criação de um *Active Directory* (AD) único, integrando os órgãos participantes e reunindo os ADs das pastas com preservação de domínios, em arquitetura segura, flexível e confiável. Foram detalhadas as etapas de definição da arquitetura, estratégia de implantação, aplicação de políticas de segurança, migração inicial de identidades, logins de usuários e máquinas, e migração progressiva de conteúdo.

Apresentou as etapas da migração e o cronograma de transferências de dados destacando que os usuários perceberão maior rigor nos controles de acesso, condizente com a elevação da maturidade em segurança.

Na sequência, o Sr. Goudim Alvarenga Carneiro, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), apresentou questionamentos. Indagou, em primeiro lugar, se após a migração os usuários passariam a utilizar o mesmo login do e-mail institucional para acessar as estações de trabalho ou se essa integração ocorreria apenas em etapa posterior. Em resposta, a Sra. Clotilde esclareceu que haverá unificação de credenciais, sendo a mesma senha utilizada tanto para o acesso à rede quanto ao e-mail. Em continuidade, o Sr. Goudim questionou sobre impactos diretos ao usuário, em especial quanto ao uso da autenticação multifator (MFA). A Sra. Clotilde explicou que, no primeiro momento, o MFA não será migrado e precisará ser reconfigurado pelos usuários, ressaltando que uma nova implantação ocorrerá em ondas, à semelhança do processo já realizado anteriormente. Destacou, ainda, que outras medidas de segurança serão implantadas de forma progressiva, sempre com comunicação prévia aos órgãos envolvidos. O Presidente complementou as respostas, reforçando que a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI/SSC está à disposição para apoiar os Ministérios nesse processo. Encerrando o ponto, o Presidente elogiou o avanço e classificou a migração como um marco na integração tecnológica do ColaboraGov.

Item 7. Rateio de Despesa

O Presidente passou a palavra ao Sr. Uender Ferreira Amaral, Coordenador-Geral de Contratos e Aquisições de TI, que apresentou o tema do rateio de despesas entre os órgãos participantes. Explicou que o rateio consiste na distribuição de custos comuns, visando assegurar equidade, transparência e

continuidade de serviços. Foram destacadas as finalidades, como justiça distributiva, transparência e controle, prestação de contas e sustentação dos serviços, e os critérios possíveis, como igualitário, proporcional ao uso, proporcional à capacidade ou tamanho e misto.

Alertou que critérios mal definidos podem gerar conflitos, injustiças, desequilíbrios e dificuldades de mensuração. Recomendou a adoção de boas práticas, como definir critérios objetivos e documentados, envolver os órgãos participantes, utilizar sistemas de controle e realizar revisões periódicas. Exemplificou objetos sujeitos a rateio, como softwares, SEI, PGD e licenças, infraestrutura e serviços especializados.

Em complemento, o Sr. Uender mencionou a Instrução Normativa nº 94 de 23 de dezembro de 2022, em especial o seu Anexo II, que relaciona os contratos de tecnologia da informação passíveis de rateio, organizados em treze categorias. Ressaltou que essa referência normativa favorece a padronização dos objetos, proporciona previsibilidade para a definição de critérios e reforça a segurança jurídica da metodologia a ser adotada.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizados todos os pontos da pauta, o Presidente do Comitê reiterou a importância da cooperação no âmbito do ColaboraGov e colocou a DTI/SSC à disposição de todos para apoiar os trabalhos no que precisarem.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata por Marilda Rohod, da equipe da secretaria-executiva da CTTI, que após aprovada, será assinada eletronicamente pelo presidente do colegiado, Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, e disponibilizada no portal do MGI.



Documento assinado eletronicamente por **Marilda Rohod, Coordenador(a)**, em 23/09/2025, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rachel Oliveira Correa, Diretor(a) Substituto(a)**, em 23/09/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **54004966** e o código CRC **AAA4CB8F**.